Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico 2
Título: Leilão emergencial passou de solução a dor de cabeça 2
Título: Decisão do STF joga mudança do ICMS para 2024 4
Título: Geração de energia solar alcança marca histórica de 1 TW 5
Título: Privatizada como 'corporation', Eletrobras evitará concentração 8
Título: ABB e Siemens investem em baterias 10
Título: Curta 11
VEÍCULO: Estado de S. Paulo 12
Título: 'Ameaças prejudicam ações da Petrobras' 12
Título: 'Eletrobras terá uma dinâmica de mercado' 14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo 17
Título: Acionista privado terá voto limitado na Eletrobras 17
Título: Bolsonaro quer lavar as mãos com a privatização da Petrobras 19

VEÍCULO: **Valor Econômico**

Data: 23/05/2022

Seção: Brasil

Autor: Fábio Couto — Do Rio

Título: Leilão emergencial passou de solução a dor de cabeça

Uma das saídas para a crise hídrica, o leilão emergencial realizado em outubro do ano passado tem se revelado uma dor de cabeça para o comando do setor elétrico. A diretoria e a área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ficaram em lados opostos na semana passada numa decisão envolvendo cinco usinas da Âmbar Energia, subsidiária da J&F, dos irmãos Batista, evidenciando a ideia de que a licitação não seria tão necessária como se supunha.

Parte de uma série de medidas contra a pior crise hídrica da história do país, o leilão ocorreu sob incertezas de que as chuvas voltariam. O edital determinava a contratação de usinas novas, por um prazo de 44 meses, com obrigação de iniciar operação comercial em 1º de maio de 2022. Térmicas existentes foram vetadas.

Dezessete usinas venceram o certame, com previsão de custos para os consumidores de R$ 9 bilhões apenas este ano, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Porém, apenas uma usina começou a operação comercial no prazo. Cronograma de fiscalização do Ministério de Minas e Energia (MME), responsável pelo leilão, indicava que cinco usinas iniciariam operação comercial com atrasos e outras quatro não tinham perspectiva de começar a operação comercial.

Assim, o gasto previsto para este ano caiu para R$ 2,9 bilhões ao considerar apenas a entrada em operação comercial das usinas que estão com atraso no cronograma. Pelo edital, usinas com atraso na operação são multadas e caso não operem até 1º de agosto, os contratos devem ser cancelados.

As quatro usinas sem prazo de operar são da Âmbar Energia, que somam 343,8 megawatts (MW) de potência. A empresa propôs trocá-las pela térmica Mário Covas, antiga Cuiabá, de 529 MW, também do grupo. Todas são movidas a gás natural. Por unanimidade, os diretores aprovaram a operação à revelia da área técnica da Aneel, que se mobiliza ativamente para derrubá-la, pois a medida é cautelar, uma espécie de “liminar”, conforme apurou o **Valor**.

Um sinal da cisão é que a Procuradoria-Geral da Aneel não foi consultada sobre o tema. Pareceres não são obrigatórios, mas a área pode concedê-los de forma pró-ativa. Ao não se manifestar, a leitura é de que a Procuradoria buscou explicitar sua discordância sobre o tema.

Os opositores à troca afirmam que as quatro usinas ainda não começaram as obras e não têm como terminar no prazo. Além disso, além de contrariar o edital, os contratos têm que ser respeitados, avaliam as fontes. Após os trâmites a partir da decisão da Aneel, Mário Covas iniciou operação comercial na sexta-feira e a estimativa é de que custe R$ 3 bilhões para os consumidores em 2022.

O processo teve como relator o diretor Efrain Cruz, que foi seguido por Hélvio Guerra e Sandoval Feitosa. André Pepitone, diretor-geral, e Elisa Bastos não votaram porque estão em fim de mandato.

A área técnica corre contra o tempo para que a decisão final aconteça antes da saída de Efrain Cruz da Aneel, também com mandato perto do fim, sem recondução. Caso contrário, será preciso sortear um novo diretor-relator, o que retardará um desfecho.

Procurada pelo **Valor**, a Aneel não respondeu. Em nota, o MME informou que tem monitorado as usinas do leilão emergencial e que foi informado sobre o início das obras das quatro usinas pela empresa, a quem cabe enviar os esforços para a entrada em operação até 1º de agosto, prazo limite.

Também em nota, a Âmbar Energia disse que “os projetos assumidos serão integralmente entregues dentro do prazo contratual, adicionando capacidade de geração ao sistema elétrico”.

As quatro térmicas vencedoras do leilão emergencial pertenciam à EPP, subsidiária da Urca Energia. Três delas seriam construídas no Rio de Janeiro e uma no Mato Grosso do Sul. A EPP já havia adquirido equipamentos da ATR e da Agrekko, mas com dificuldades no licenciamento ambiental procurou a Âmbar Energia para vender os projetos e o negócio foi concluído em abril. Procurada, a Urca Energia disse ao **Valor** que não se manifestaria sobre o assunto.

Ao mesmo tempo, a termelétrica Mário Covas não pode fechar contratos de energia de longo prazo ao não contar com suprimento firme de gás natural da Bolívia, operando apenas em casos extremos, como ocorreu entre outubro e março passado, contra a crise hídrica.

Sem precisar gerar energia a partir de abril e com as obras das quatro usinas em andamento, a Âmbar propôs a troca. Por ser uma usina existente e com base em decisão semelhante a adotada para outra térmica sem contratos, Willian Arjona (MS), a Âmbar sugeriu que a Aneel revogasse a atual outorga e concedesse uma nova à usina. Segundo fontes, o argumento não se sustenta porque Willian Arjona passou por mudanças técnicas e troca de controle e não substituiria nenhum projeto do leilão.

No processo, a Âmbar argumenta que a área das quatro usinas já possui conexão com linhas de transmissão e gasoduto (que é da própria empresa). Além disso, o custo de geração de Mário Covas, de R$ 1.594,84 por megawatt-hora (MWh), é menor do que o das quatro térmicas (R$ 1.600,15/MWh). O custo do combustível (CVU) também é menor, de R$ 1.761,20/MWh, contra R$ 1.784,12/MWh.

“A proposta da companhia mantém a construção das novas usinas, já em andamento, além de reduzir a emissão de NOx (gás de efeito estufa) em 15 vezes e beneficiar o consumidor em R$ 628 milhões ao longo dos 44 meses de contrato”, disse a companhia no comunicado ao **Valor**.

Ironicamente, o imbróglio acontece num momento em que a própria agência figura em outra discussão sobre segurança jurídica, com a perspectiva da aprovação de projetos legislativos que sustam reajustes tarifários.

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 23/05/2022
Seção: Brasil
Autor: Marta Watanabe e Anaïs Fernandes — De São Paulo
Título: Decisão do STF joga mudança do ICMS para 2024

Supremo decidiu sobre imposto cobrado sobre energia elétrica e serviços de telecomunicações

Em meio à discussão no Legislativo sobre o ICMS, ainda há, para os Estados, a partir de 2024, os efeitos do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o imposto cobrado sobre energia elétrica e serviços de telecomunicações.

No fim do ano passado, o STF modulou os efeitos de uma decisão que reduziu o ICMS cobrado nas contas de luz e serviços de telecomunicação, mas as alíquotas menores ficariam para 2024. Parlamentares querem que a aprovação do projeto atual mude a cobrança mais rapidamente, antecipando seus efeitos.

Para o tributarista Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, a estratégia provável dos Estados, no caso da decisão do STF sobre energia e telecomunicações, diz ele, é aprovar até 2024 uma emenda constitucional que trouxesse nova interpretação do Supremo para a questão decidida sobre ICMS em energia elétrica e telecomunicações. Outro caminho, aponta, seria os governadores elevarem a alíquota padrão do imposto.

Fleury explica que a decisão do STF não estipulou alíquota máxima do imposto. O tribunal entendeu que bens essenciais não podem ser tributados à alíquota maior que a padrão. E estabeleceu que energia e telecomunicações são essenciais. No quadro de hoje a alíquota padrão é de 17%. Por isso os Estados podem elevar essa alíquota, mais isso passa por projeto a ser enviado à Assembleia Legislativa e traz desgaste político aos novos governadores.

Caso aprovado, o projeto defendido pelo presidente da Câmara Arthur Lira (PL-AL) será mais um obstáculo aos Estados nesse cenário para defender sua arrecadação.

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 23/05/2022
Seção: Internacional
Autor: Daniela Chiaretti — De Munique (Alemanha)
Título: Geração de energia solar alcança marca histórica de 1 TW

A energia solar fotovoltaica alcançou 1 TW de capacidade instalada no mundo. A marca histórica foi ultrapassada há alguns dias e revela a performance da renovável que há 20 anos tinha apenas 2 GW globais. De 2002 a 2018 a fonte chegou a 500 GW, e em apenas três anos dobrou o volume. Em 2021, pela primeira vez, e apesar dos impactos da pandemia, foram instalados mais de 200 GW de energia solar no mundo. Com este desempenho, solar passa a ser a segunda renovável no ranking depois da energia hídrica.

Os dados fazem parte do “Global Market Outlook for Solar Power 2022-2026”, relatório de referência para os avanços do mercado de energia solar no mundo e projeções de crescimento. O foco desta edição é a América Latina, região que cresceu 44% em 2021, desempenho puxado pelo Brasil e Chile, principalmente.

Atualmente a geração de energia solar responde por um terço da energia renovável global em capacidade instalada. A projeção é que em 2025 a

capacidade dobre novamente superando os 2 TW, se o mercado crescer conforme o esperado.

Em 2021, o mundo tinha 3.063 GW de renováveis, pouco mais de 3 TW. A energia das hidrelétricas, em capacidade instalada, era de 1.360 GW (ou 1,36 TW). Energia solar registrava 0,849 TW, segundo dados da Agência Internacional para as Energias Renováveis (Irena, na sigla em inglês). A energia eólica, por sua vez, estava bem próxima, com 0,824 TW. Bioenergia somou 0,143 TW.

A China domina o mercado, com mais de 306,4 GW de capacidade instalada em 2021. A título de comparação, a matriz elétrica brasileira, com todas as fontes somadas, é de 190 GW.

Os Estados Unidos estão em segundo lugar no ranking com 93,7 GW. Depois vêm o Japão, a Alemanha e a Índia. O Brasil ocupava a 13ª posição em 2021.

O Brasil é um dos principais destaques do relatório da Solar Power Europe, associação com sede em Bruxelas e que reúne mais de 260 organizações do setor. Nas projeções ambiciosas do estudo, o país pode alcançar a marca de 54 GW de capacidade solar até 2026.

Em 2021, diz Rodrigo Sauaia, presidente executivo da Absolar, (entidade que reúne 700 associados no Brasil em empresas de toda cadeia de valor), o Brasil somou 5,7 GW em novos sistemas solares, considerando a soma entre grandes usinas e os sistemas de geração própria instalados em telhados, fachadas e pequenos terrenos.

Hoje a energia solar ocupa a quinta posição na matriz elétrica brasileira, com 15,3 GW de capacidade instalada em operação. Segundo nota à imprensa, o setor teria trazido investimentos de R$ 82 bilhões ao Brasil desde 2012 e evitado a emissão de 22 milhões de toneladas de CO2 na geração de eletricidade.

Desde 2019, diz Sauaia, a energia solar fotovoltaica é a fonte mais barata de geração de energia elétrica no Brasil. Ele lembra que no primeiro leilão da fonte, em 2013, em Pernambuco, o preço foi de US$ 100 o MW/hora. “No último leilão, em 2021, havia caído para US$ 30 o mesmo megawatt”, diz ele. “O preço caiu mais de 70% em uma década”.

Isso se explica pela evolução da tecnologia, com equipamentos mais eficientes e aumento da capacidade produtiva global.

“A nova legislação de geração distribuída tornou as regras do mercado mais claras e deu mais segurança e previsibilidade para o setor crescer”, disse ao **Valor** o executivo, que fez palestra no evento. A Absolar foi autora de dois capítulos do documento.

Na América Latina, diz Sauaia, a capacidade solar fotovoltaica acumulada ultrapassou 30 GW. “O mercado cresceu na região mais de 40 vezes desde 2015”, disse em palestra na Intersolar Europe, o maior evento do setor na Europa, com mais de 50 mil participantes.

Na América Latina, quatro países respondem por quase 89% de toda a potência instalada e em investimentos em energia solar -- o Brasil (43%), México (21%), Chile (15%) e Argentina (3%).

“O mercado brasileiro é um dos mais promissores em energia solar no mundo”, diz o executivo.

“Armazenamento é uma tendência importante e uma oportunidade para o Brasil”, segue Sauaia. Na feira Intersolar, em Munique (Alemanha), havia muitas novas tecnologias de baterias.

Cresce também o interesse por sistemas solares flutuantes que podem ser colocados sobre as águas de lagos, rios, açudes, hidrelétricas. “Ajuda a diminuir a evaporação da água em 70% na superfície coberta”, diz ele. No Brasil já existem algumas unidades instaladas.

O segundo uso que desperta interesse é em áreas produtivas rurais. As usinas solares ficam sobre a área de plantio gerando energia. Os painéis fazem sombra para cultivos de hortaliças, por exemplo.

Na Europa a energia solar tem se expandido em edificações com políticas públicas que estimulam que construções gerem sua própria energia. O bloco tem compromisso de produzir ao menos 40% de sua eletricidade por fontes renováveis até 2030. É uma das medidas fundamentais para atingir a meta de redução de 55% de emissões de gases-estufa até 2030 e ser neutra em carbono em 2050.

A Alemanha, por seu turno, pretende conseguir 80% de sua eletricidade a partir de fontes renováveis até 2030 e 100% em 2035.

“A geração de hidrogênio verde também é um tema muito importante nos países europeus que querem descarbonizar e livrar-se da dependência dos combustíveis importados da Rússia, por conta da guerra”, continua Sauaia.

Um dos desafios da fonte solar é reduzir o impacto na exploração de insumos como silício, alumínio, vidro, cobre e prata, por exemplo.

A jornalista viajou a Munique a convite do Ministério da Economia e da Proteção Climática e da GIZ

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 23/05/2022
Seção: Opinião
Autor:
Título: Privatizada como ‘corporation’, Eletrobras evitará concentração

O governo dispõe, agora, de todas as condições legais e normativas necessárias para privatizar a Eletrobras, holding que detém o controle acionário das estatais federais de energia. Após quase cinco anos de avanços e retrocessos, estes provocados principalmente por opositores à modernização do Estado brasileiros, o processo de desestatização da empresa foi legitimado por lei aprovada pelo Congresso Nacional e autorizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O governo pretende protocolar, nesta semana, operação de aumento de capital da empresa na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado acionário americano. Paralelamente a isso, o grupo de bancos - liderado pelo BTG - contratado para conduzir a operação promoverá “road show”, com a finalidade de divulgar as condições de venda da empresa e, assim, atrair investidores nacionais e estrangeiros.

Na sequência, virá a fase de coleta das manifestações de interesse na aquisição dos papéis da companhia. A demanda determinará o preço das ações. A expectativa do governo é que a liquidação de compra dos papéis ocorra até o fim de junho.

A privatização da Eletrobras, se levada a termo pelo governo, será realizada por meio de um modelo inovador. Em vez de levar a leilão o controle acionário da empresa, procurando, assim, obter o melhor retorno fiscal para a venda da estatal, o governo optou pela venda das ações em bolsa. Desta forma, a União

poderá até arrecadar menos, mas, por outro lado, evitará que um grupo específico de acionistas privados detenham o controle acionário da companhia. Para uma holding do tamanho da Eletrobras, esse modelo de desestatização se mostra mais adequado, uma vez que tem o potencial de impedir o aumento da concentração num setor crucial da economia brasileira.

O processo de privatização da empresa ocorrerá por meio de um aumento de capital. A Eletrobras emitirá novas ações por meio de uma oferta primária. Detentora do controle acionário da estatal, a União renunciará ao direito de subscrição dos novos papéis. Em outras palavras, isto significa que o atual acionista controlador não exercerá o direito de preferência que possui na operação de aumento de capital.

Ao fim do processo a ser conduzido nos mercados acionários, a participação do Tesouro Nacional no capital votante da Eletrobras será reduzida dos atuais 72% para 45% - para deter o controle, é necessário ter 50% mais uma das ações ordinárias (com direito a voto nas assembleias de acionista). O controle da empresa passará a ser detido, portanto, por investidores privados, numa modalidade conhecida, no jargão em inglês, como “corporation”. Neste tipo de sociedade, não há acionistas controladores do capital, mas, sim, acionistas de referência. Ademais, nenhum acionista pode deter mais de 10% das ações com direito a voto.

A operação de diluição do capital da companhia será realizada de forma simultânea no Brasil e nos Estados Unidos - respectivamente, nas bolsas de São Paulo (B3) e de Nova York (Nyse), onde a Eletrobras tem recibos de ações (ADRs, na sigla em inglês). A princípio, a emissão de novas ações poderá movimentar volume financeiro entre R$ 22 bilhões e R$ 26,6 bilhões. Uma boa novidade é que trabalhadores poderão usar seus saldos no FGTS para adquirir ações da nova empresa.

O governo não descarta a possibilidade de, adiante, promover oferta secundária de ações (via venda direta na bolsa), para reduzir ainda mais a participação da União no capital. De fato, não sendo mais o Tesouro o controlador da empresa, não fará sentido manter tamanho volume de ações (45%) em seu poder. De toda forma, como é esperada a valorização dos papéis, o governo deve aguardar o momento mais adequado para autorizar a venda de um novo lote de ações.

A Eletrobras controla o capital de seis grandes subsidiárias que atuam nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica. Além de principal

acionista dessas empresas, é proprietária, em nome da União, de metade do capital da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional. Por meio dessas empresas, detém capacidade instalada de 50,5 gigawatts (GW), o equivalente a 28% do parque de geração de energia do Brasil, e 73,6 mil quilômetros de linhas de transmissão (40% do sistema brasileiro).

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 23/05/2022
Seção: Empresas
Autor: Leslie Hook — Financial Times
Título: ABB e Siemens investem em baterias

A Morrow Batteries pretende começar a produzir baterias na Noruega, seu país natal, até o fim de 2023

A ABB e a Siemens estão encabeçando uma rodada de financiamento de € 100 milhões para a Morrow Batteries, uma startup que pretende começar a produzir baterias na Noruega, seu país natal, até o fim de 2023.

Aumentar os investimentos na produção de baterias tornou-se um objetivo estratégico premente para a Europa, em sua corrida para resolver a crise energética que enfrenta e a escassez criada pelo declínio no fornecimento de gás russo.

Entre as maiores fabricantes de baterias da região estão a Northvolt, da Suécia, que levantou US$ 2,75 bilhões em 2021, e começou a produção em dezembro, e a norueguesa Freyr, que abriu o capital em 2021 por meio de uma fusão com uma empresa de capital aberto.

A Morrow Batteries informou que usará seu financiamento para construir uma fábrica-piloto de 1,2 GW até o fim de 2023, que produzirá baterias para uso em sistemas de armazenamento de energia, como os usados em painéis solares de telhados.

O executivo-chefe da empresa, Terje Andersen, disse que essa produção inicial permitirá à empresa obter a certificação para produzir baterias para veículos elétricos, que em algum momento se tornará seu principal mercado.

“O mercado é enorme”, afirmou o executivo, reconhecendo que a Morrow Batteries está dois ou três anos atrás das rivais maiores, como a Northvolt.

Andersen estima que sua firma está, aproximadamente, entre as 30% maiores empresas de baterias da Europa. “Não estamos lá na frente, mas não estamos lá atrás”, disse Anderson.

Atualmente, a China é a maior fabricante mundial de baterias. No entanto, novas regras de comércio exterior da Europa tornarão extremamente caro importar baterias da Ásia a partir de 2027, o que criará uma abertura para as fabricantes locais na Europa.

A captação de € 100 milhões conseguida pela Morrow Batteries está sendo encabeçada pela Siemens Financial Services, uma subsidiária do grupo industrial alemão, e pelo conglomerado de energia sueco e suíço ABB. Entre os demais investidores também estão a Nysnø Climate Investments, do Estado norueguês, e a Arendals Fossekompani, uma empresa hidrelétrica e fundo de investimento “verde”.

A Morrow Batteries já havia levantado anteriormente € 32 milhões de investidores, incluindo o fundo de pensão dinamarquês PKA e a Agder Energi Venture, que também participaram da segunda rodada.

Atualmente, a linha de desenvolvimento de baterias da Morrow Batteries está na Coreia do Sul. A empresa comunicou que transferirá a produção para a nova fábrica instalada em Arendal, na costa sul da Noruega.

A escassez mundial de cobalto e de níquel vem ameaçando aumentar o preço das baterias de veículos elétricos, levando alguns fabricantes a investir em tecnologias que usam menos desses materiais.

Andersen disse que a empresa planeja uma bateria que não use cobalto e uma quantidade bem menor de níquel. “Vamos substituir o níquel e o cobalto por manganês. É isso que os produtores de veículos elétricos têm grande interesse em discutir conosco.” **(Tradução de Sabino Ahumada)**

VEÍCULO: Valor Econômico
Data: 23/05/2022
Seção: Empresas
Autor:
Título: **Curta**

Localfrio e energia limpa

O transporte e armazenamento de componentes eólicos e painéis solares da Localfrio cresceu 80% no ano passado. Segundo a empresa, a unidade de Suape (PE), especializada na gestão logística de cargas e projetos especiais, registrou maior demanda por projetos de energia limpa. Essa área representa 35% dos negócios em Suape. Outros 65% são de armazenamento de cargas no terminal alfandegado.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo
Data: 23/05/2022
Seção: Economia
Autor: Daniel Rocha
Título: 'Ameaças prejudicam ações da Petrobras'

ENTREVISTA - Gustavo Loyola

Ex-presidente do BC acredita que novo presidente da estatal não vai ceder à 'tentação populista' de intervir em preços

Doutor em economia e sócio da consultoria Tendências, foi diretor e presidente do Banco Central nos governos Itamar Franco e FHC

Os preços das ações da Petrobras deveriam estar em patamares ainda maiores na Bolsa se não fossem as polêmicas de governança envolvendo a insatisfação do presidente Jair Bolsonaro com a alta do preço dos combustíveis. A avaliação é do economista Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central (BC) e sócio da Tendências Consultoria Integrada.

Loyola diz que as ameaças do Planalto contra a empresa impedem os ganhos dos papéis e aumentam a percepção de risco dos investidores. Nesta entrevista, ele também fala sobre o atual movimento na Bolsa e dos possíveis riscos do mercado de criptomoedas. Leia os principais trechos:

O Banco Central aumentou em um ponto porcentual a taxa Selic. Até quando vamos lidar com este ciclo de juros mais altos?

O Banco Central reage aos fatos que vão acontecendo. Estamos em um período de grandes incertezas de origem externa e doméstica. Visto o panorama atual,

acredito que a alta dos juros deve prosseguir por algum tempo. É muito provável que a taxa de juros chegue a 14,25% ou 14,5% ao ano para segurar a meta de inflação para 2023. Neste ano a batalha parece estar perdida neste sentido.

Em relação à Petrobras, vê o novo presidente José Mauro Ferreira Coelho com autonomia?

Acho que ele tem espaço para autonomia mesmo com os episódios anteriores em relação às intervenções desastrosas do presidente da República. Estou confiante que o atual presidente da Petrobras não vai ceder a esse tipo de tentação populista que a gente está vendo porque isso seria um desastre para o País e para a reputação dele como profissional.

Há rumores de que Ferreira Coelho possa ser demitido. Isso afetaria as ações?

Seria mais uma demonstração de interferência na gestão da companhia. Isso evidentemente não é algo que agrada aos investidores. Essas ameaças prejudicam as ações da companhia enquanto não houver a percepção de que esses riscos ficam apenas nessa verborragia contrária à Petrobras.

O Ibovespa encerrou abril em queda de 10%, pior resultado desde março de 2020. Qual a explicação para esse tombo?

Acho que tem fatores de natureza externa ao País. A renda variável sofreu no mundo inteiro e isso tem a ver com a inflação, juros altos e as incertezas das cadeias de fornecimento. Nas últimas semanas, tivemos um endurecimento da linguagem do Federal Reserve (Fed) para um ciclo monetário mais forte do que se imaginava. Foi a parte mais relevante porque, de alguma forma, freou as expectativas, principalmente das ações com projeções muito grandes de crescimento. Esses ativos sentiram bastante.

Podemos esperar novas quedas neste segundo trimestre?

É possível, mas vai depender muito do contexto da economia global e da inflação. Grande parte desse ajuste já foi feito. Diria que ainda não há um cenário firme para a recuperação da Bolsa ao longo do ano. O ingresso de capital no Brasil e a valorização do real foram praticamente explicados porque o País passou a ser visto como um bom investimento por causa das commodities e pelo desvio do fluxo de capitais em virtude da guerra do Leste Europeu. Mas a mudança em relação à China (com as restrições da pandemia) e a percepção de uma política monetária mais apertada nos Estados Unidos explicam porque os fluxos não

voltaram (no mês de abril). E obviamente porque os investidores entraram e já colheram os benefícios dos preços mais baratos das ações.

A criptomoedas podem ser a causa para uma nova crise do sistema financeiro global?

Quando você tem um sistema financeiro paralelo e não claramente transparente para os investidores e reguladores, há o risco de que esse sistema crie problemas que possam se transmitir para o sistema financeiro tradicional. É por isso que você precisa de uma regulação para identificar os riscos. Não pode atuar somente no sistema financeiro formal.

O BC selecionou alguns projetos de inovação tecnológica. Essa iniciativa mostra a necessidade de inovar para não perder espaço para o mercado de criptoativos?

Sem dúvida. A inovação é algo inerente aos mercados e à economia. Eu acho que nenhum regulador pode inibir a inovação. O que ocorre é que os reguladores precisam proteger o sistema bancário em relação aos riscos. Eu vejo o Banco Central brasileiro incentivando a inovação, mas debaixo das suas 'asas' sem perder a capacidade de monitorar o que está acontecendo e adotar uma regulação proporcional aos riscos. Então, de um modo geral, acho que a atuação do BC está correta.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo
Data: 23/05/2022
Seção: Economia
Autor: Cynthia Decloedt Luciana Collet
Título: 'Eletrobras terá uma dinâmica de mercado'

Entrevista - Fabio Coelho

Venda do negócio exigirá do governo um novo comportamento na gestão, diz presidente da Amec

Coelho é presidente da Amec, engenheiro civil e servidor do BC; já comandou a Previc, que supervisiona os fundos de pensão

A privatização da Eletrobras, marcada para o próximo mês, vai reduzir o poder do governo dentro da companhia, exigindo um novo comportamento da União em relação às empresas públicas. A avaliação é do presidente da Associação de

Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Fabio Coelho, que lembra do incômodo causado entre investidores do setor privado por episódios recentes envolvendo as trocas de comando da Petrobras, assim como ingerências em outras estatais listadas em Bolsa, como o Banco do Brasil e a própria Eletrobras. “Vemos a União muitas vezes passando uma mensagem de que a gestão das companhias estatais se dá como se fosse uma extensão ministerial e isso não pode acontecer em uma empresa de capital disperso”, disse ele, em entrevista ao Estadão/Broadcast. Leia, a seguir, os principais trechos da conversa:

Quais são os desafios que a União terá à frente com a Eletrobras privatizada?

Se olhamos a maneira como a União tem feito o gerenciamento das suas estatais listadas em Bolsa, vemos uma falta de amadurecimento para essa cultura de empresa que se relaciona dentro do mercado de capitais. A União muitas vezes passa uma mensagem que a gestão das companhias estatais se dá como se fosse uma extensão ministerial, onde você toma uma decisão por decreto, pode escolher a troca dos executivos de maneira até frívola e sem justificativa. Isso certamente não pode acontecer em processo onde você tem uma gestão dentro de companhia de capital disperso. Vai exigir amadurecimento na preparação no processo de assembleia, antecipação na discussão de bons nomes para fazer composição do conselho. Se a gente lembrar, na própria temporada de 2022, às vésperas da realização da assembleia, a União não tinha os nomes para fazer a indicação.

Essa avaliação sobre a postura da União é pontual?

Acho que a União tem um dever de casa para efetivamente aprender e trazer um pouco da cultura do relacionamento, do exercício de voto de assembleia. Se você olhar como foi a assembleia da Petrobras, demonstra nitidamente em determinados momentos que a União não tinha essa expertise: fez a inclusão de itens de pauta, chegou na hora da reunião e resolveu tirar os itens – mesmo já tendo sido escrutinado pelos investidores –, alijando os investidores estrangeiros do processo de decisão. Independe de governo, porque estamos falando da União, não de governo A ou governo B.

Qual sua avaliação sobre esse modelo de ‘corporation’ (empresa sem controle definido) para a Eletrobras?

O modelo foi construído de maneira que houvesse proteção tanto do lado da União, a golden share, voto de decisão sobre mudanças estatutárias que eventualmente possam trazer risco para a companhia. Mas há mecanismos que

trazem segurança para o setor privado, que protegem a empresa de uma possível reestatização lá na frente, como as poison pills e tem ainda a limitação de voto de 10%, que vale para todos. Não existe restrição sobre o quanto o investidor terá da empresa, mas para votar. Esse é um mecanismo que evita uma série de problemas que já tivemos. Estamos então garantindo que teremos efetivamente dinâmica de mercado.

Que dinâmica é essa?

O setor elétrico é de capital intensivo e, havendo limitações do ponto de vista de novos investimentos, faz com que o modelo de pulverização do capital para obter recursos no setor privado a torne mais competitiva. Tem uma série de exemplos no mundo: EDP em Portugal, Enel e Engie, na Itália. A extensa maioria das empresas elétricas no Brasil e no mundo tem também um modelo de corporation. Estamos falando que a Eletrobras se juntaria de maneira competitiva ao modelo de todas as empresas do setor elétrico no mundo.

Quais as principais características de uma 'corporation'?

Por definição é uma empresa que não tem um controlador definido, sai do modelo em que um único acionista detém mais de 50% das ações com voto e toma decisão sozinho. É importante mencionar que a União vai continuar sendo o maior acionista da empresa, em termos de direitos econômicos, por volta de 40% do capital total e 45% com direito a voto. Mas isso vai exigir da companhia um nível de relacionamento maior com outros investidores privados, que terão parcelas relevantes e serão acionistas de referência.

Existe a possibilidade de acordos informais para direcionar a votação em temas que tenham impacto econômico ou na política do setor elétrico?

Essa é uma preocupação recorrente nas corporations. Mas é importante lembrar que falamos de um setor extremamente regulado e especializado e esses investidores institucionais possivelmente são acionistas das maiores do setor elétrico no Brasil e no mundo. Existe uma expertise acumulada de ser sócio de outras companhias. Olhamos como a Eletrobras pode se estruturar nos mesmos moldes das outras empresas do setor elétrico. O que vemos, no entanto, são empresas de sucesso no Brasil e no mundo, com capacidade de ajudar com essa experiência no Brasil, inclusive na escolha de profissionais que possam fazer parte dessa governança. Ainda que esse risco esteja presente em todas elas, não vemos essa preocupação nas demais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/05/2022

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Acionista privado terá voto limitado na Eletrobras

Após venda, União terá poder de veto em questões societárias; lei exigirá pulverização do controle

O modelo de capitalização da Eletrobras dá ao governo poder de veto em questões societárias da nova empresa, para impedir que novos sócios tenham grande influência sobre sua gestão. Esse poder é concedido pela chamada golden share, uma ação especial que ficará com a União.

A privatização da estatal será feita por meio de uma oferta de ações ordinárias, com direito a voto, sem que o governo possa comprar novos papéis. A ideia é reduzir a fatia do governo para menos de 45% do capital com direito a voto da companhia, eliminando a figura do acionista majoritário.

Atualmente, a União tem 51,82% das ações com direito a voto. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem outros 16,78%, e fundos governamentais, outros 3,62%.

As ações da União equivalem a 42,57% do capital total da companhia. Incluindo ações preferenciais, o BNDES tem 16,14% do capital total.

Ao reduzir sua participação nas ações ordinárias a 45%, a União passaria a ter 37% do capital total.

Segundo a proposta aprovada pelo Congresso, a golden share garante à União poder de veto em votações por acionistas com fatias superiores a 10% e em eventual negociação de acordo de acionistas, como ocorreu na Vale, quando Bradesco e fundos de pensão criaram um grupo para controlar a empresa.

A ideia é manter a Eletrobras como uma Corporation, termo que identifica empresas com controle pulverizado. Para isso, a lei estabeleceu também a obrigação de venda de ações por investidores que eventualmente chegarem a

grande fatia do capital.

Acionistas que chegarem, direta ou indiretamente, a 50% do capital votante terão 120 dias para voltar à posição anterior. Caso contrário, serão obrigados a vender papéis por 200% da média de preço dos 504 dias anteriores, atualizada pela Selic.

Aqueles que ultrapassarem 30% do capital votante terão o mesmo prazo para se desfazer dos papéis ou terão que vender pelo dobro da média de cotação dos 504 dias anteriores.

Atualmente, os acionistas privados com participação relevante no capital total companhia são o Banco Clássico, do banqueiro Juca Abdalla, com 4,18% do capital total, e a gestora de recursos 3G Radar, com 1,96%.

Com o avanço do processo de capitalização, as ações ordinárias da empresa se valorizaram 31,6% em 2022. As preferenciais subiram 30,6%.

Pelo modelo de venda, a expectativa é que a capitalização atraia fundos de investimento, não operadores do setor energético, cujo interesse é maior por empresas nas quais possam exercer o controle ou ter maior poder de influenciar a gestão.

Responsável por quase um terço da capacidade de geração de energia do Brasil, a Eletrobras é a maior empresa de energia da América Latina. Com 105 usinas e 13 mil funcionários em todas as regiões do país, responde por 44% do sistema de transmissão nacional.

Em 2021, a Eletrobras faturou R$ 44,4 bilhões e teve lucro líquido de R$ 5,7 bilhões. O balanço desse ano seria usado como base para definir os parâmetros de preço da oferta de ações, mas demora na análise pelo TCU (Tribunal de Contas da União) atrasou o processo.

No primeiro trimestre, período que deve ser usado como parâmetro se a capitalização ocorrer até agosto, a empresa teve lucro líquido de R$ 2,7 bilhões e receita de R$ 10,2 bilhões.

A aprovação pelo TCU ocorreu na quarta-feira (18), abrindo caminho para uma das maiores operações em Bolsa na história brasileira.

O plano é obter R$ 67 bilhões ao abrir mão do controle da Eletrobras, divididos entre outorgas pagas à vista à União, um depósito à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e investimentos na bacia do rio São Francisco.

Agora, o governo corre contra o relógio para fazer a operação. A data-limite seria em meados de agosto, considerando o prazo legal de operações após a divulgação de balanços. A aproximação do calendário eleitoral também tende a aumentar a tensão entre investidores e pode, por consequência, inviabilizar a operação.

Quanto mais o tempo passa, maior o risco de turbulência e de a janela de oportunidade se fechar. Alguns integrantes do governo se questionam, inclusive, se essa janela já não se fechou — embora a última palavra seja de otimismo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo
Data: 23/05/2022
Seção: Entrevista
Autor: Alexa Salomão
Título: Bolsonaro quer lavar as mãos com a privatização da Petrobras

entrevista da 2ª - Sérgio Lazzarini

Pesquisador do tema há 20 anos diz que governo trata estatais de modo simplista

Bravatas e pensamentos simplistas foram determinantes para inviabilizar o ambicioso programa de privatizações defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia o pesquisador Sérgio Lazzarini, do Insper.

“Sair por aí dizendo que toda estatal é uma porcaria é um desserviço para quem defende essa pauta”, afirma. “No mundo do Twitter, as pessoas querem resumir tudo numa única frase polémica. Nesse tema, francamente, não dá.”

Ele questiona ainda o tratamento simplista adotado no anúncio de privatização da Petrobras. “Bolsonaro que lavar as mãos. Ou seja, quer privatizar para que não seja mais culpa dele se a Petrobras au-mentarpreços”, diz o pesquisador. “Obviamente, esses estudos em véspera de eleição são mais para criar algum fato

do que efetivamente resolver o problema."

Lazzarini pesquisa o tema há 20 anos e acaba de lançar um novo livro sobre o tema nos EUA. A publicação vai compor uma trilogia sobre as relações entre público e privado, ao lado de "Capitalismo de Laços - Os Donos do Brasil e suas Conexões" e "Reinventando o Capitalismo de Estado".

Nesse novo estudo, Lazzarini foge do maniqueísmo que contamina o tema no Brasil e investiga mitos, riscos e benefícios de transferir serviços públicos à iniciativa privada.

A conclusão, baseada em pesquisas, evidências e exemplos práticos, é que privatizações bem-sucedidas derivam de um paradoxo: a existência de Estados eficientes e organizados. Só assim é possível criar as condições para que empresas privadas não coloquem seus lucros acima da prestação do serviço público após a privatização.

"O Estado não precisa de uma Usiminas para atuar no setor de aço. Vende logo. O privado que cuide", afirma. "Mas, nos serviços públicos à população, especialmente aos vulneráveis, é outro papo. O acompanhamento precisa ser permanente."

Lançado em inglês pela Cambridge University Press, o novo livro é intitulado "The Right Privatization - Why Private Firms in Public Initiatives Need Capable Governments" (Privatização Certa - Por que as Empresas Privadas em Iniciativas Públicas Precisam de Governos Capazes, em tradução literal). Ainda não há data para publicação em português.

*

Nos livros anteriores, o sr. trata dos laços ente capitalismo e Estado. Encerrar a trilogia tratando de privatização é uma abordagem sobre como acabar com esses laços?

Na verdade, quando comecei a escrever, no fim de 2003, era para ser sobre isso. As privatizações tinham acabado, e um grupo em que eu estava queria saber o que houve com as empresas após essa grande reforma na década de 1990.

Quando fui coletar os dados das empresas, fiquei intrigado: por que tem tanto BNDES e fundo de pensão, que raio é isso? Daí veio o "Capitalismo de Laços", publicado em 2010, no final do governo Lula.

Ali percebi que, quando você faz reformas, o sistema político e o empresariado resistem às mudanças e querem preservar suas posições de influência na economia.

Isso se expressou na continua presença desses atores nas ex-estatais, que depois se reforçou. Sob Dilma, os mecanismos de intervenção estatal cresceram ainda mais. Sobre esse ciclo eu e Aldo Musacchio publicamos "Reinventando o Capitalismo de Estado". Enquanto eu discutia essas coisas, as pessoas perguntavam se a saída era privatizar tudo. Eu sempre respondia na tangente. Então, escrevi o terceiro livro para responder a isso.

Estamos no governo de Jair Bolsonaro, e o ministro Paulo Guedes prometeu um novo ciclo de privatizações, que não ocorreu. Por quê?

No caso de grandes privatizações, é preciso lembrar que Fernando Henrique Cardoso privatizou mais porque as empresas e os tempos eram outros.

As grandes estatais que sobraram exigem debates mais profundos. O ambiente institucional mudou. O processo para privatizar é mais complexo. Agora temos Tribunal de Contas da União e até o Supremo envolvidos.

Quando você tem um ambiente mais complexo e entra um governo com uma visão simplista do tema, aí descamba.

Qual visão simplista?

Que toda estatal é ruim e que tem de privatizar tudo. Argumentos assim atrapalham o debate. A população não sente confiança na proposta.

O sistema político, que, vamos ser sinceros, quer preservar as estatais para aproveitarem os cabides de emprego ou mandar recursos para seus redutos, se aproveita dessa ambiguidade. Joga a bola de lado para obter benefícios. Sair por aí dizendo que toda estatal é uma porcaria é um desserviço para quem defende essa pauta.

Como o sr. viu a iniciativa do novo ministro de Minas e Energia de protocolar o pedido de estudos para a privatização da Petrobras cinco meses antes das eleições?

O pedido já começa errado, pois é simplesmente uma tentativa do Bolsonaro lavar as mãos. Ou seja, quer privatizar para que não seja mais culpa dele se a Petrobras aumentar preços.

E obviamente esses estudos em véspera de eleição são mais para criar algum fato do que efetivamente resolver o problema. Melhor seria, por exemplo, encampar medidas para acelerar as vendas das refinarias da Petrobras e aumentar a competição.

Só que, com um presidente a toda hora criando tensões com outros Poderes, e sem a menor noção da importância de promover um ambiente regulatório estável, fica difícil atrair mais investimento privado para o país.

No livro, o sr. não trata da venda de estatais, fala de diferentes parceria entre Estado e empresas. Afinal, o que é privatizar?

A privatização stricto sensu é a venda. Mas tem uma questão aí. Mesmo após essa privatização, o Estado está lá entre os minoritários.

Na Eletrobras, vão tirar o controle da União, mas o governo continua acionista. Alguns podem até dizer que a Eletrobras vai se tornar uma estatal sem controle do Estado. Realmente, busquei ampliar a discussão de privatização. Considerei a questão pelo aspecto de como engajar atores privados em projetos de interesse público.

Há mais de um capítulo do livro discutindo se o setor privado tem mesmo capacidade de assumir a prestação de serviços públicos. Por que o foco nessa questão, se o privado sempre é visto como mais eficiente?

Porque hoje esse é um dos principais dilemas que estão em discussão na literatura académica sobre o tema.

Se estou privatizando, por exemplo, limpeza de rua, monitorar é simples. Mas vamos pensar em saúde, educação e prisões. Já não é tão simples.

Os Correios são outro exemplo. Tem gente que acha é fácil privatizar. Não é. Estudos indicam que ele atende áreas mais pobres onde o privado não entra e, se entrar, vai cobrar mais. Se você vender os Correios e deixar o privado solto, ele, com certeza, vai mirar áreas filé-mignon.

No fim, algo assim acabou acontecendo na telefonia, não?

A privatização foi um sucesso e popularizou o telefone, mas o setor evoluiu como prestador de serviços de internet e não atende adequadamente a baixa renda. O laço entre público e privado, então, não tem prazo para acabar nessa área? O Estado não precisa de uma Usiminas para atuar no setor de aço. Vende logo. O privado que cuide. Mas nos serviços públicos à população, especialmente aos vulneráveis, é outro papo. O acompanhamento precisa ser permanente.

Aí nesse caso, temos o exemplo da mudança tecnológica. Quando a privatização foi feita, existiam metas. Algumas foram atropeladas pela mesma mudança tecnológica. A expansão de orelhões, por exemplo. Ninguém precisou mais deles com os celulares.

Mas a política pública deve evoluir junto, com o governo e agências atuantes. No Brasil, as agências reguladoras estão sendo enfraquecidas. Descuidamos dessas unidades essenciais para a evolução da política pública.

Basicamente, o sr. está dizendo que esse tipo de privatização, para ser eficiente, vai depender de um bom acompanhamento posterior de um Estado igualmente eficiente?

Sim, nos serviços de interesse social, em monopólios naturais, em setores sensíveis à redução de oferta e nos que envolvem inclusão, um tema que me preocupou muito. Será que um cara privado vai atender populações mais vulneráveis?

Uma solução que o pessoal de livre mercado professa é o uso do voucher, para a

população mais carente comprar o serviço, alugar uma casa ou o pôr o filho em escola privada.

O voucher funciona sempre?

Parte da revolta no Chile ocorreu porque o uso desse sistema deu errado. O problema do voucher é que a empresa privada não é obrigada a receber. Uma escola tem autonomia para escolher se quer o pobre com voucher ou o filho de uma famllia com dinheiro. As empresas no Chile excluíram os mais vulneráveis.

Posteriormente, o sistema passou a ser regulado. Em vez de se caracterizar com uma opção de livre mercado, entrou numa nova linha, que chamo de colaboração público-privado. O governo diz: vai ter voucher, mas a escola tem que adotar padrões de inclusão.

Quando sr. começou a estudar o tema lá atrás, o raciocínio era simplista?

Quando comecei o “Capitalismo de Laços”, confesso que sim. Lá em 2004, estavam muito forte na cabeça de todo o mundo os benefícios daquelas privatizações, especialmente o exemplo da telefonia.

Mas, à medida que fui estudando, percebi que o Estado estava dentro das empresas privatizadas. Li muito mais sobre vantagens e desvantagens da participação do Estado.

No mundo do Twitter, as pessoas querem resumir tudo numa única frase polémica. Nesse tema, francamente, não dá. Não há como falar vende tudo ou estatiza tudo. Eu gostaria de ter respostas simples para esse tema, mas elas não existem.

CAPAS DE JORNAIS

Em Davos, CEOs dizem que 30 anos de globalização estão chegando ao fim A15

McDonald's sai da Rússia e marca o fim de uma era B11

Bugs Cook, de Casé Oliveira (foto), investe em insetos para alimentação humana B12

ECONÔMICO

Valor

Destaques

Saneamento básico avança com financiamento privado

Empresas de saúde perdem rentabilidade

Energia solar chega a 1 TW e já é a 2ª fonte

Reflorestamento

Negociação pode ampliar vendas à China

Com autoteste, gravidade de covid é mistério

Ardagh investe R$ 2,5 bi em novas fábricas

Mudança de plano

Ideias

Indicadores

LIVE Valor

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Segunda-feira 23 de MAIO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46969
estadão.com.br

Impactos na educação __A12

Universidades dão aula extra para compensar pandemia

__ Alunos têm reforço e tutoria meses após volta ao ensino presencial

DANIEL TEIXEIRA/ ESTADÃO

Gabriel Vianna (à esquerda), aluno veterano de Meteorologia da USP, ajuda colegas mais novos a entender conceitos básicos do curso

Depois de avaliações identificarem lacunas de aprendizagem causadas pelo período de escolas fechadas e ensino remoto, instituições de ensino superior passaram a investir em recuperação para calouros e estudantes que ingressaram no meio da pandemia. A Universidade de São Paulo, por exemplo, pôs R$ 3 milhões num programa de tutoria dada por alunos veteranos. As aulas tratam de temas básicos, como leitura acadêmica, e tópicos de disciplinas já cursadas. "Não podemos fingir que nada aconteceu", diz o pró-reitor adjunto de graduação da USP, Marcos Neira. Na Universidade Federal do Paraná foi criado o "semestre zero", com matérias introdutórias, e no Insper alunos que ficam "abaixo do mínimo esperado" nos testes vão para salas de reforço e monitoria.

Ações também miram lado socioemocional

Políticas de saúde mental para alunos e professores trabalham fobia social, autorregulação e cumprimento de prazos. __A12

Dinheiro público __ A6

Ministro direcionou emenda para comprar caminhão de lixo de amiga

O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (Progressistas), destinou R$ 240 mil em emenda para compra de caminhão de lixo fornecido pela empresa de uma amiga. Todas as fases do negócio passaram por aliados. O veículo foi para Brasileira (PI), cidade de 8.364 habitantes, apesar de não haver recomendação do modelo para municípios pequenos.

Vida na cidade __A13

Com retomada da economia, novas feiras criativas se espalham por SP

Gastronomia, artesanato e atividades culturais estão entre as atrações. Eventos ocorrem em locais públicos e privados.

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Festa de mandalas em banca na Praça Elis Regina, no Butantã

Coluna do Estadão __ A2

Por doação, Bolsonaro se reúne com ruralistas

Felipe Moura Brasil __ A8

Inflar preços é forma de desviar dinheiro público

Luiz Carlos Trabuco __ B4

Em Davos, esperanças de um novo recomeço

Notas e Informações __ A3

A política como calcanhar de Aquiles

Populismo dificulta controles para aproveitar o novo ciclo de commodities.

Um imenso desafio para o jornalismo

JONATHAN GIULIANI

Memórias __ C1

Cristiana Oliveira lança livro sobre vida e tempo

Atriz que viveu Juma Marruá na primeira versão de *Pantanal* escreve sobre cobrança, assédio digital e menopausa

Extremismo __ A10

Taleban força apresentadoras de TV afegãs a cobrir o rosto

1 a 1 no clássico __ A16

Corinthians empata com São Paulo e se mantém líder

Saúde __ A18 e A19

Pesquisadores suspeitam de elo entre hepatite misteriosa e covid

Identificada em crianças de diferentes países, hepatite aguda estaria ligada a reação imunológica exagerada.

E&N 'Multifamily' __ B8

Mercado aposta em apartamentos menores de olho nos aluguéis

Popular no exterior, oferta de imóveis para locação ganha força em cidades como São Paulo e Rio.

E&N Concorrência __ B1

Fintechs usam Pix para oferecer serviços antes dos grandes bancos

Formatos como o Pix parcelado e o Seguro Pix ainda não são oferecidos por algumas instituições tradicionais.

VerCapas.com.br

Edição de hoje
3 CADERNOS - 40 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, A fundo, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento

Tempo em SP
12° Min. 23° Máx.

ISSN - 1516-293-

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.018 SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2022 R$ 5,00

ENTREVISTA DA 2ª

Sérgio Lazzarini

Presidente lava as mãos privatizando Petrobras

Pensamentos simplistas foram determinantes para inviabilizar o ambicioso programa de privatizações defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia o pesquisador Sérgio Lazzarini, do Insper. Ele questiona o tom do anúncio de privatização da Petrobras. "Bolsonaro quer privatizar para que não seja mais culpa dele se aumentar preços." A12

Divulgação

Ilustrada C1

Detonados e fashion

Tênis e acessórios de grife com aparência de sujos e destruídos chegam a custar milhares de dólares.

Governo compra trator com verba de amparo a pobres

Operação da Cidadania envolveu R$ 89,8 mi; ex-ministro nega irregularidades

O governo Jair Bolsonaro (PL) destinou para a aquisição de tratores R$ 89,8 milhões que deveriam ser direcionados para mitigar o impacto da pandemia de Covid em comunidades pobres.

Os equipamentos foram comprados pelo Ministério da Cidadania no âmbito de uma iniciativa voltada para famílias em condição de extrema pobreza na zona rural.

A operação com 24 tratores foi efetivada no apagar das luzes de 2021. Ocorreu antes mesmo de a pasta definir a relação de municípios beneficiados, o que indica falta de critérios técnicos.

Só foi estabelecida a quantidade de veículos por estado. O maior beneficiado é a Bahia, estado do ex-ministro João Roma, pré-candidato ao governo do estado pelo PL.

Roma, ainda no governo, assinou o despacho para liberar a compra, em 27 de dezembro de 2021. Nos dois dias seguintes, foram empenhados os recursos em favor da empresa chinesa XCMG, também beneficiada por emendas parlamentares para o Ministério do Desenvolvimento Regional.

As máquinas estão paradas no pátio da empresa.

A Cidadania não concluiu as exigências técnicas para entregar os tratores, incluindo a definição das cidades.

Roma afirma que não houve desvio de finalidade, pois a compra de máquinas integra a área de fomento rural e, portanto, atende as pessoas do programa. Diz ainda que a Bahia teve destaque em razão do território e da população. Política A4

Senado se prepara para votar nova legislação eleitoral

Depois de oito meses, o Senado deve votar até junho o projeto do novo Código Eleitoral que, entre outros pontos, censura pesquisas eleitorais, fragiliza normas de transparência e fiscalização e dá ao Congresso poder de cassar resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. Política A8

Bolsonaro dobra número de viagens com perfil eleitoral

Política A6

Luiz Felipe Pondé

Miséria política brasileira tocou o fundo do poço

Estamos no mato sem cachorro. Para apoiar Jair Bolsonaro, você tem que ser uma espécie de estúpido raivoso e cego. Para apoiar o petista Lula, você tem que ser um obcecado ideológico ou um mentiroso contumaz. Ilustrada C6

Adriano Vizoni/Folhapress

FESTAS JUNINAS PRESENCIAIS VOLTAM A SÃO PAULO APÓS DOIS ANOS

O Centro de Tradições Nordestinas, na zona norte da capital, prepara-se para o São João de Nóis Tudim; infectologista recomenda uso de máscara Cotidiano B3

Argentina em crise estreita laços com China

Convite para a Argentina participar do encontro virtual do Brics que a China organiza reforça a aproximação do país vizinho com o asiático, mas a economia é entrave. Mundo A10

Esporte B5

Manchester City vence 4º título na era Guardiola

Venda da Eletrobras vai limitar poder dos acionistas privados

Folhainvest A19

Surto de dengue é o pior em 10 anos em 5 estados e DF

Saúde B1

Defensores atuam para votar lei que libera jogo de azar

Parlamentares defensores do controverso projeto de lei que libera jogos de azar no país veem a possibilidade de a proposta avançar no Senado na "janela de oportunidade" após as eleições. A antecipação da análise, no entanto, não agrada à cúpula do Senado

O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em fevereiro. Mercado A17

EDITORIAIS A2

Receita perigosa

Sobre dados de arrecadação e despesas federais.

Bafômetro ou multa

Acerca de decisão do Supremo favorável à Lei Seca.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

23° 12°

Amanhã	Quarta	Quinta
13° 25°	14° 26°	15° 26°

www.climatempo.com.br

A pandemia em 22.mai

Dados das 20h

População vacinada no Brasil

1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose) 77,0%

Óbitos

Média móvel	Em 24 h
102	23
	Total
	665.680

*Variação em relação a 14 dias

ISSN 2414-5723 34018

Vercapas.com.br

Leticia Bufoni: 'Ainda estou nova', diz skatista, que fala sobre projetos pessoais e admiração por Anitta ESPORTES

Talento. Bufoni é recordista de medalhas em X Games

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2022 ANO XCVII - Nº 32.431 • PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ • R$ 5,00 2ª EDIÇÃO

CONTAS PÚBLICAS

Governadores têm R$ 320 bilhões em caixa para gastar em ano eleitoral

Alta da inflação e transferências federais levaram a arrecadação recorde nos estados

Levantamento da economista Vilma Pinto, da Instituição Fiscal Independente, mostra que os governos estaduais nunca tiveram tanto dinheiro em caixa: eram R$ 319,8 bilhões até o fim do primeiro bimestre deste ano. Os cofres estaduais engordaram, principalmente, devido às transferências do governo federal na pandemia e à alta da inflação, que turbina a arrecadação com tributos como ICMS. Parte dos recursos é carimbada, mas há uma folga significativa que vem sendo usada para ampliar obras em pleno ano eleitoral, favorecendo os governadores que buscam a reeleição e despertando a cobiça da União. PÁGINA 11

ENTREVISTA/ HAMILTON MOURÃO

'Relações com a China ficarão mais próximas'

Vice-presidente volta a chefiar reunião de alto nível com governo da China e admite que comentários "fora de propósito" do governo causaram danos. Apesar dos "mal-entendidos", ele diz que os canais de diálogo permanecem abertos e que relação econômica dos dois países é "siamesa". PÁGINA 20

Rio tem 58% das linhas de ônibus inoperantes

Dados apresentados ontem pela prefeitura, que constam do acordo com Ministério Público e empresas de ônibus, mostram que apenas 24% dos trajetos têm a frota regular. Paes diz que veículos voltarão a circular, mas não imediatamente: "Não tem mágica nisso". PÁGINA 14

Entreouvindo Simone Tebet

Impasses com PSB marcam reunião de Lula com aliados

No primeiro encontro de comitê de campanha, PT e PSB tratam de atritos em pelo menos cinco estados. PÁGINA 4

Tucanos tentam convencer Doria a abandonar disputa

PSDB deve apresentar argumentos para evitar que ex-governador busque, na Justiça, manter candidatura ao Planalto. PÁGINA 5

IRAPUÃ SANTANA

Desigualdade racial

Movimento negro entra com ação reparatória por prejuízos causados pela escravidão, e quer fundo de combate a racismo e pedido de desculpas. PÁGINA 3

FERNANDO GABEIRA

Tragédias em gestação nos EUA e no Brasil

PÁGINA 2

JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS

Rubem Braga é o meu remédio

SEGUNDO CADERNO

RODRIGO CAPELO

Como Mbappé se atreve a recusar o Real Madrid?

ESPORTES

ANTÔNIO GOIS

Homeschooling é pauta ideológica, não pedagógica

PÁGINA 9

'Não vão apresentar candidato', ataca Bivar

Um dos idealizadores da terceira via, presidente do União Brasil vira crítico da articulação entre PSDB, MDB e Cidadania. PÁGINA 7

RADICALISMO

Na TV, a vitória da barbárie talibã

Um dia após enfrentarem ordem do Talibã para que cobrissem seus rostos, apresentadoras de TV do Afeganistão acataram a determinação. A medida é a última de uma série de demandas radicais contra as mulheres, como a proibição de que meninas estudem além da sexta série, e vai de encontro às promessas do grupo ao retomar o poder, em 2021. PÁGINA 22

ALI KHARA/REUTERS

Só os olhos. Apresentadoras da Tolo TV, em Cabul

Mais 1 milhão na extrema pobreza a cada 30 horas

Na pandemia, um novo bilionário surgiu a cada 30 horas. No mesmo intervalo, um milhão de pessoas entrará na extrema pobreza neste ano, diz estudo da Oxfam lançado ontem, dia da abertura do Fórum Econômico Mundial. PÁGINA 12

Ucrânia e Rússia dão sinais de volta às negociações

Apesar de países acenarem com retorno de conversas, Kiev rejeita concessões territoriais e Moscou não parece disposto a ceder áreas conquistadas. PÁGINA 21

MONTANHA-RUSSA

Quem deve investir em bitcoins?

Mercado de Bitcoin cresce no Brasil e já movimenta R$ 4 bilhões, mas especialistas alertam que esse tipo de investimento é volátil, de longo prazo e que não deve passar de 5% da carteira de aplicações. Desde o pico, em novembro, moeda já desvalorizou mais de 60%. PÁGINA 12

ENTREVISTA/SIDNEY KLAJNER

Risco da dieta ocidental

Presidente do Albert Einstein alerta para aumento do câncer colorretal, impactado pela alimentação. PÁGINA 10

Festa inglesa para Tite ver

A torcida do Manchester City invadiu o gramado para comemorar o título inglês, conquistado ontem após virada emocionante. A Premier League trouxe boas notícias para Tite, com bons desempenhos de vários jogadores brasileiros que buscam vaga na seleção que vai ao Catar. ESPORTES

OLI SCARFF/AFP

SEGUNDO CADERNO

Um clássico da ópera e as fake news

Destaque do 24º Festival Amazonas de Ópera, realizado em Manaus, "Peter Grimes", obra de 1945 de autoria de Benjamin Britten, dialoga com temas atuais e ganhou montagens recentes pelo mundo. "É a antena que temos e parece captar o que os artistas desejam falar", diz o diretor colombiano Pedro Salazar.

www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2022 NÚMERO 21.616 • 26 PÁGINAS • R$ 3,00

ENTENDA A DINÂMICA DO ATROPELAMENTO

Embriagado, o pedreiro Francisco Manoel da Silva, 53 anos, atingiu as vítimas antes mesmo que elas cruzassem a faixa de pedestres, enquanto se preparavam para atravessar a rua

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Cinco crianças atropeladas por um motorista bêbado

As vítimas, entre 4 e 11 anos, foram atingidas quando tentavam atravessar, de mãos dadas, faixa de pedestre em Ceilândia Norte. Segundo testemunhas, elas iam a um parquinho próximo. Três estão em estado grave no Hospital de Base

PÁGINA 13

Crise tucana ganha novo capítulo

Lideranças do PSDB vão se reunir com João Doria para tentar um acordo que possa favorecer a candidatura da emedebista Simone Tebet à Presidência. Mas ex-governador deve insistir em manter a decisão de continuar na disputa. PÁGINA 2

Pré-campanha ao Planalto começou

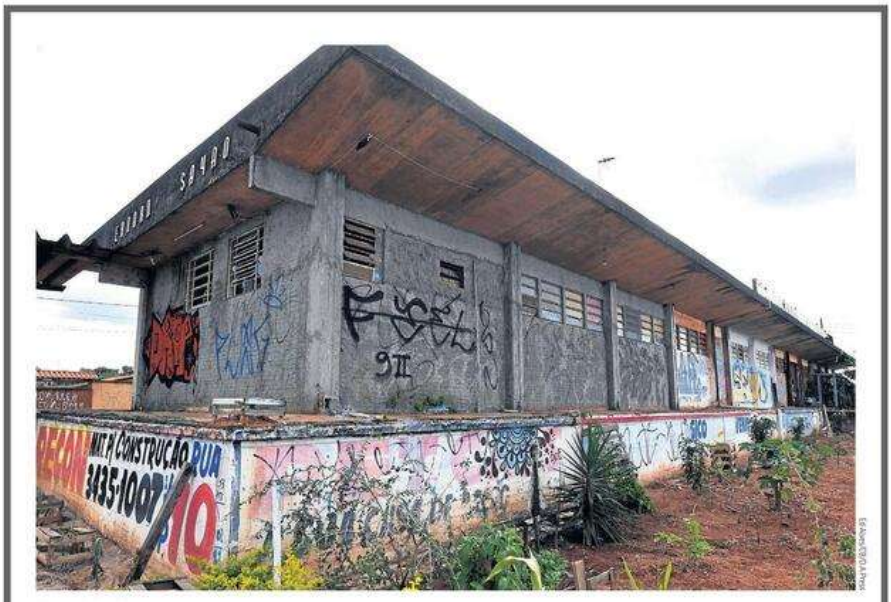
Presidenciáveis não podem pedir votos, porém viagens pelo país são permitidas, assim como sabatinas e debates. PÁGINA 4

Corra, o Leão do imposto não espera

Faltam nove dias para encerrar o prazo de entrega da declaração do IR. O Fisco espera receber 34,1 milhões de documentos até dia 31. PÁGINA 7

Alternativas para reduzir a poluição

Pesquisadores desenvolvem dispositivos que ajudam na retirada de partículas tóxicas da atmosfera usando soluções baratas. PÁGINA 12



Uma cidade de **esqueletos**

Abandonados em várias regiões do DF, clubes, prédios, hotéis e até estação de trem (foto) deixam a capital do país mais feia. Os motivos para esse "esquecimento" são vários, desde problemas jurídicos, de herança, ao descaso do poder público, segundo especialistas. A situação coloca em risco pessoas que vivem perto dessas edificações. PÁGINA 14

O terror que seduz

De filmes a livros, o gênero atrai cada vez mais público. PÁGINA 22

SUPERESPORTES

Oli Scarff/AFP

Manchester City faz história!

Em jogo emocionante, time de Guardiola supera o Aston Villa (3 x 2) e vence a Premier League. PÁGINA 20

Rubens Chiri/São Paulo FC

Corinthians empata, mas segue líder

Graças ao goleiro Cássio, Timão segura a ponta do Brasileirão diante do São Paulo (1 x 1). PÁGINA 20

Código Florestal enfrenta ameaças

Regulamentação comemora uma década, mas pouco se avançou na questão da sustentabilidade. PÁGINA 6

CB. Poder

O vice-governador Paco Britto (Avante) é o entrevistado do programa CB.Poder, hoje, a partir das 13h20.

Ed Alves/CB/D.A Press

Começa a estação dos girassóis

A região perto do quilômetro 5 da BR-251 é considerada a mais instagramável nesta época do ano. PÁGINA 17

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846 DIÁRIOS ASSOCIADOS

VerCapas.com.br

MME / ASCOM .